Direito de Repatriação de artefatos histórico-culturais como ferramenta democrática para construção de identidade nacional

Autor(res)

Sandra Cordeiro Molina
Larissa Fonseca Fernandes

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE OSASCO

Introdução

Os conflitos e disputas de domínio que acompanharam toda a história da humanidade, desempenharam papel protagonista no desenvolvimento das nações, ao passo que umas passaram a se entender como dominantes e outras eram subjugadas. Com isso, propagou-se o colonialismo, uma forma de demonstração superioridade pautada na exploração de povos tidos como inferiores, roubando-lhes, além da liberdade e a vida, itens que remetem a cultura e identidade nacional. Os reflexos de tal prática são perceptíveis ainda na atualidade, com os frutos desses saques, artefatos histórico-culturais de valor inestimável, exibidos em museus das grandes potências, mas inalcançáveis pelo seu povo de origem.
Estes artefatos encontram-se mascarados por uma falsa regularidade para permanecerem no mesmo solo de seus exploradores, levantando-se o questionamento acerca do direito de as nações saqueadas repatriarem os bens saqueados como uma ferramenta democrática que contribui para a reafirmação da identidade nacional.

Objetivo

Geral: Investigar se a repatriação de artefatos histórico-culturais impacta na construção da identidade nacional. Específicos: Traçar a evolução do saque até sua criminalização; analisar a lei nacional e tratados internacionais sobre o tema; avaliar se a lei existente é hábil na garantia da repatriação dos bens; averiguar se a repatriação dos bens contribui na formação da identidade nacional.

Material e Métodos

Método: revisão bibliográfica.
BO, J. B. L. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003.
CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. O tráfico ilícito de bens culturais e a repatriação como reparação histórica. Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, p. 113-132, 2017.
FERREIRA, Lúcio Menezes. Patrimônio, pós-colonialismo e repatriação arqueológica. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, v. 2, n. 2, p. 37-62, 2008.
FONSECA JR, Gelson; BELLI, Benoni. Novos desafios das Nações Unidas: prevenção de conflitos e agenda social. Política Externa, v. 10, n. 1, p. 60, 2001

Resultados e Discussão

A pesquisa ainda não é capaz de responder aos questionamentos dado o seu desenvolvimento ainda não ter findado, entretanto, têm-se a importância do assunto ao passo que o direito de se ter uma nacionalidade, o respeito a cultura e a igualdade entre os povos são itens valorosos consoantes a Declaração Universal dos Direitos Humanos e reflexos da efetividade da democracia. Com o direito a repatriação como reparação histórica e ferramenta recente para a construção e reafirmação da identidade nacional, há a necessidade de se tipificar a prática dos saques ocorridos e criar-se mais legislações e precedentes sobre o assunto, de forma a buscarmos a equidade entre as nações.

Conclusão

Resultado de anos de exploração e hegemonia de países tidos como desenvolvidos, há ainda hoje artefatos históricos pertencentes a culturas subjugadas fora de seu país de origem, exibidos como troféus, sob domínio de seus saqueadores. Com isso, é reafirmada a ideia de dominação de um povo sobre outro e perpetuada a musealização e exotização de identidades nacionais, uma problemática e recente noção que têm sido pauta de discussões internacionais, mas que ainda carece de legislações e precedentes.

Referências

BO, J. B. L. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília:
UNESCO, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. O tráfico ilícito de bens culturais e a repatriação como reparação histórica. Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, p. 113-132, 2017.

COSTA, Karine Lima da. Caminhos para a descolonização dos museus: a questão da repatriação das antiguidades egípcias. 2019. 295 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FONSECA JR, Gelson; BELLI, Benoni. Novos desafios das Nações Unidas: prevenção de conflitos e agenda social. Política Externa, v. 10, n. 1, p. 60, 2001.